

LEITURAS DE
MINAS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL,
INCLUSÃO E
GESTÃO PARTICIPATIVA
(2015-2018)**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS
TEORIAeDEBATE



LEITURAS DE



MINAS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL,
INCLUSÃO E
GESTÃO PARTICIPATIVA
(2015-2018)**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

MARÇO / 2022

Este **Caderno Teoria e Debate** faz parte da série Leituras dos Estados, um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napps) e dos Núcleos Estaduais de Políticas Públicas (Nepps). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

Equipe editorial

Rose Spina, Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Projeto gráfico, editoração e capa

Caco Bisol Produção Gráfica

Revisão

Angélica Ramacciotti e Claudia Andreotti

Centro de Altos Estudos

Coordenação executiva: William Nozaki

Coordenador dos NEPPs: Eduardo Tadeu Pereira

Comissão de redação

Fernando Damata Pimentel, Flávia Mourão Parreira do Amaral, Francisco Eduardo Moreira, Helvécio Miranda Magalhães Junior, Marco Antônio Rezende, Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, Marco Crocco, Murilo de Campos Valadares e Wieland Silberschneider.

NEPP Minas Gerais

Azilton Viana (coordenação), Fernando Pimentel, Luiz Dulci, Luiza Dulci, Nilma Lino Gomes, Vladimir Brito.

SUMÁRIO

- 9 PREFÁCIO
- 11 UMA GUERRA POLÍTICO-JURÍDICO-POLICIAL
- 15 MANTER O ESTADO FUNCIONANDO
- 17 OS LIMITES DO GESTOR PÚBLICO NO CONTROLE DA FOLHA DE PESSOAL
- 21 ESTATAIS TAMBÉM EM CRISE FINANCEIRA
- 31 FAZER MUITO COM POUCO
- 38 POSFÁCIO

“...pois a verdade é que o tempo parece ter a natureza de um rio ou correnteza, que carrega até nós tudo o que é leve e inflado, mas afunda e afoga tudo aquilo que tem peso e solidez.”

FRANCIS BACON (1605)

“A glória é tanto mais tardia quanto mais duradoura há de ser, porque todo fruto delicioso amadurece lentamente.”

A. SCHOPENHAUER (1848)

“Um grande perigo do mundo moderno é nossa susceptibilidade às ideias que pairam à nossa volta, densas como bacilos, no ar, as quais passam tantas vezes por nossos lábios e são tão influentes em nossas vidas que nós as usamos irrefletidamente, sem ter analisado o que realmente queremos dizer com elas.”

R. W. LIVINGSTONE (1916)

PREFÁCIO

Ao encerrar seu período no governo de Minas Gerais, a administração de Fernando Pimentel (PT, 2015-2018) foi retratada pela mídia como um período de experiência melancólica¹, com mais baixos que altos². Essa imagem, que sobrenada na superfície de uma correnteza poluída, por estigmas disseminados por uma mídia interesseira e corporações contrariadas, oculta o peso e a solidez do que foi a realidade de conduzir Minas Gerais num período em que o Brasil viveu uma das maiores crises de sua história recente.

Crise que se manifestou no enfraquecimento da alternância pacífica do poder na medida em que, pela primeira vez desde a redemocratização do país, a legitimidade do vencedor numa eleição presidencial foi violentamente contestada pelo oponente derrotado. Por ele, o mesmo líder de um grupo político que acabara de perder as rédeas da administração mineira, onde havia se instalado durante 12 anos e se julgava no direito de nela, indefinidamente, permanecer.

O Brasil e Minas Gerais emergiram rachados das eleições de 2014 e permanecem divididos até os dias de hoje. Trazer à luz os feitos do governo Fernando Pimentel, a destruição das empresas públicas que ele evitou, a preservação da prestação dos serviços públicos num cenário de calamidade fiscal e o resgate da dignidade do exercício do poder em nome do povo e para o povo, aquele para quem o governador do estado deixou de ser a abstração de um retrato na tela da urna eletrônica.

1. Cf: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/pimentel-deixa-governo-de-forma-melancolica-em-mg.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2022.

2. Cf: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/30/interna_politica,1017230/balanco-do-governo-pimentel-tem-mais-baixos-que-altos.shtml. Acesso em: 23 fev. 2022.

Esse é o objetivo do presente documento. Terá, assim, o leitor oportunidade e elementos para refletir e formar o juízo crítico do que foi um governo de todos, fundado no diálogo, no equilíbrio e em muito trabalho.

UMA GUERRA POLÍTICO-JURÍDICO-POLICIAL

Os ressentimentos e as resistências das forças políticas, que deixaram de ganhar as eleições para a Presidência da República e perderam o governo de Minas Gerais em 2014, não se resignaram e aliaram-se, oportunisticamente, a dois grupos: i) àqueles que no Congresso pretendiam extrair do poder executivo o máximo de vantagens e privilégios e ii) aos grupos do aparato jurídico-policial que se serviam da operação Lava Jato para manipular leis e instituições, usurpando do poder para eliminar oponentes políticos.

Em Brasília, a Câmara Federal cria, a partir de fevereiro de 2015, uma agenda que encurrala e paralisa a administração federal, produzindo um clima político que culmina com a deposição da presidenta da República, Dilma Rousseff (PT).

Em Minas Gerais, as forças reacionárias iniciam uma guerra contra o governador e sua família, instaurando seguidas investigações e inquéritos policiais baseados em muitas convicções e nenhuma prova. O objetivo é intimidar, imobilizar, sufocar a administração do estado mais importante, governado pelo Partido dos Trabalhadores.

DE BRASÍLIA NÃO VEIO NADA

O Brasil encerrou o ano de 2014 sem gerar superavit nas contas públicas, acumulando um déficit público nominal de 6,0% do PIB, dos quais 5,4% haviam sido gastos para pagar juros aos detentores da dívida federal. Era o primeiro ano em mais de uma década em que as receitas do governo não foram suficientes para arcar com as despesas primárias.

No seu último governo, Dilma Rousseff (PT) havia apostado numa aliança com o empresariado que se revelaria fatal para seu futuro: implantou um amplo programa de desoneração da folha de salários esperando relançar o crescimento econômico na crença de que a renúncia fiscal seria compensada com expressivo aumento do número de empregos formais.

Isso nunca aconteceu. O dinheiro que o INSS deixou de arrecadar não foi para o bolso do trabalhador; virou lucro que ficou no caixa das empresas ou nas contas bancárias dos seus acionistas.

A conjuntura externa também não havia sido favorável, impactando negativamente a demanda e os preços de commodities exportadas pelo Brasil. Soma-se a isso a redução das chuvas e do nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que provocou o acionamento das termelétricas a gás natural e óleo diesel, aumentando fortemente a conta de luz.

Num cenário de instabilidade política e retração econômica, rentistas e especuladores estrangeiros cumpriram seu papel retirando dólar do país. Com isso, a moeda perdeu 90% do seu valor, passando de 2,20 R\$/US\$ em setembro de 2014 para 4,20 R\$/US\$ um ano depois. O impacto na inflação foi direto e inevitável.

Acuado e sem base de sustentação parlamentar, o governo federal tenta sobreviver, utilizando o receituário da mais conservadora das cartilhas macroeconômicas e corta drasticamente o gasto público ao mesmo tempo que o Banco Central eleva a taxa Selic de 7,5% em 2013, para 14,25%, em 2016.

O resultado desses acontecimentos não poderia ter sido mais nefasto para o Brasil e para Minas Gerais. Num espaço de 36 meses, de janeiro de 2014 a dezembro de 2016, o PIB do Brasil e de Minas Gerais recuam, em termos reais, 6,25% e 6,85%, respectivamente; 1,2 milhões de mineiros se juntaram à multidão de 12,5 milhões de brasileiros que se viram, de repente, desempregados ou desocupados em fins de 2018.

A arrecadação de ICMS, que responde por 78% da receita de tributos e 56% da arrecadação total de Minas Gerais, recuou 9,1% em termos reais entre 2014 e 2015 e só retornou ao nível de 2014 no final de 2018. Comparando o governo Fernando Pimentel (PT) com o período Anastasia (PSDB), o total de ICMS arrecadado em quatro anos ainda recuou em 1,5 bilhão de reais em termos reais, mesmo após Fernando Pimentel ter conseguido aprovar o aumento das alíquotas de imposto no consumo de energia elétrica, combustíveis e bebidas e de implementar o programa Regularize para acelerar a recuperação da dívida ativa do estado. Criticado por empresários e consumidores, o governo de Minas Gerais se manteve firme e conseguiu manter em cerca de 8,5% a relação ICMS/Valor Adicionado, ao passo que em todos os demais estados da região sudeste esse indicador recuava para próximo de 7,0%.

Se considerarmos as demais receitas com IPVA, ITCD, IR retido na fonte dos servidores e as receitas patrimoniais, o total arrecadado no quadriênio 2015-2018 cresceu apenas 3,9 bilhões de reais em termos reais comparado com 2011-2014, uma vez que a elevadíssima alavancagem financeira em que o governo Fernando Pimentel encontrou a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) o obrigou a reduzir drasticamente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Para complicar ainda mais a situação, as transferências correntes da União para Minas Gerais recuaram 8,2 bilhões de reais e o governo federal desferiu o gol-

pe de misericórdia ao suspender autorização de operações de crédito para Minas Gerais, que recuaram em 12,5 bilhões de reais em termos reais, no período 2015-2018 em relação ao quadriênio anterior. Chega a ser irrisório o total de apenas 1,3 bilhões de reais de operações de crédito autorizadas pela União durante os quatro anos da administração Fernando Pimentel.

Em síntese, a crise econômica, resultante do confronto político-jurídico-policial, criado pelas forças derrotadas nas eleições de 2014, custou, a Minas Gerais, uma perda real de transferências federais e operações de crédito de 20,7 bilhões de reais no período 2015-2018, uma média de 5,2 bilhões de reais por ano. Na esfera em que lhe cabia atuar, o governo resistiu e agiu, alcançando um aumento real acumulado de 2,4 bilhões de reais nas receitas tributárias em relação à administração que sucedeu.

MANTER O ESTADO FUNCIONANDO

Antes de completar o primeiro ano de mandato, o governo Pimentel foi obrigado a enfrentar as consequências do desastre da barragem do Fundão da mineradora Samarco, localizada em Mariana. Os 62 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro chegaram até o Rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios em Minas Gerais e Espírito Santo, com muitos deles dependentes do rio para o abastecimento de água. Trata-se do acidente industrial responsável pelo maior impacto ambiental no Brasil até então. A ação do governo, coordenada pela Defesa Civil, supriu as necessidades imediatas da população, enquanto as negociações para reparação ambiental envolveram grande complexidade com participação de entidades dos poderes executivo e judiciário de MG e ES, além do Ministério Público Federal (MPF) e do governo federal. Em 2016, foi assinado um acordo com Advocacia-Geral da União (AGU) e estados atingidos, segundo o qual a Samarco se comprometeu a desembolsar, por meio da Fundação Renova, o total de 4,4 bilhões de reais em reparações até 2018, ficando para 2019 a definição dos valores subsequentes. A perda de empregos, da arrecadação de impostos agravou a situação econômica de toda a região num momento em que o país e Minas Gerais já enfrentavam as consequências recessivas do combate à inflação.

Apesar da situação extremamente apertada, do ponto de vista da entrada de dinheiro nos cofres estaduais, o governo Fernando Pimentel alcançou o mérito de conseguir manter em funcionamento as funções básicas dos serviços públicos. Nada parou, pelo contrário; em muitos setores a administração estadual viveu um dos períodos de grande modernização e eficiência.

Não se teve notícias de motins e mortes em presídios, ou atrasos da folha salarial durante vários meses, como ocorreu em outros estados, ainda que isso tenha sido alcançado com custos para os servidores, que se viram recebendo salários de forma parcelada ao longo do mês de pagamento, e do 13º salário de 2018 ter sido deixado para ser saldado parceladamente na administração seguinte. Mas se verificarmos nos detalhes, constata-se que a origem da calamidade financeira, que acabou custando a reeleição do governador, origina-se no tratamento que seu governo recebeu da União ao longo dos quatro anos de sua administração.

Quando entregou o governo a seu sucessor, Fernando Pimentel deixou um estoque de Restos a Pagar num montante de 28,3 bilhões de reais, dos quais 19,3 bilhões de reais haviam sido inscritos em 2018, ano das maiores dificuldades de caixa. Ocorre que 6,8 bilhões de reais desse estoque, em valores de 2018, foram herdados da administração Anastasia e pagos no seu governo. Ou seja, o crescimento líquido de 21,5 bilhões de reais dessa rubrica equivale quase integralmente à perda de 20,7 bilhões de reais que Minas Gerais deixou de receber do governo federal na forma de Transferências Correntes e Operações de Crédito. Tivesse o governo Fernando Pimentel recebido de Brasília o mesmo tratamento dispensado à administração Anastasia, Minas Gerais teria encerrado 2018 deixando para seu sucessor a mesma a conta de Restos a Pagar que encontrou quando tomou posse.

OS LIMITES DO GESTOR PÚBLICO NO CONTROLE DA FOLHA DE PESSOAL

O senso comum tem o costume de julgar o desempenho do gestor público a partir de práticas e instrumentos aplicáveis, exclusivamente, às organizações privadas. Assim, é particularmente o caso da avaliação da gestão de gastos com pessoal. Desconhece o cidadão comum, por ignorância, e aquele instruído, por má-fé, que ao contrário da gestão privada – a quem tudo é permitido desde que não vedado expressamente na lei – a ação da administração estatal é completamente diferente, pois para o gestor atuar é exigido que a lei o autorize ou que ela o obrigue. E foi nas normas constitucionais e nas leis propostas e aprovadas nas administrações que antecederam ao governo Pimentel que foram semeadas, germinaram e cresceram as deformidades que desestruturaram de maneira irremediável a relação entre o crescimento dos gastos com pessoal e o das receitas do estado.

Minas Gerais encerrou 2018 com 559 mil servidores, 234 mil (42%) ativos e 325 mil (58%) aposentados e pensionistas. Comparado com o final de 2014, houve um aumento de 7,3% no número de ativos e 26,5% dos inativos. Considerando a taxa de reposição de um novo servidor concursado para cada 4,5 servidor que se aposentou, o esforço de racionalização do trabalho no período 2015-2018 foi exemplar, superior ao de muita empresa privada. Ocorre que na empresa privada a redução do quadro de pessoal ativo significa diminuição do peso das despesas salariais, pois quem paga o aposentado é o INSS e os planos de previdência privada. Na administração estatal isso não ocorre, pois quem carrega a obrigação do pagamento de aposentadorias é o próprio estado. E se há déficit

atuarial, ou seja, se não existem reservas suficientes acumuladas com contribuições dos servidores e do seu empregador para pagar aposentadorias e pensões, são os contribuintes com seus impostos e taxas que vão pagar a conta.

O aumento do número de aposentados e pensionistas não depende do governo e a discricionariedade que ele possui em relação à reposição com novas contratações é limitada pela natureza da prestação do serviço público, pelas tecnologias de automação disponíveis e pelo espaço que o ordenamento legal oferece para a organização funcional do trabalho. O gestor público não pode, por exemplo, sem autorização legal e por sua vontade e iniciativa criar postos de trabalho com conteúdo de competências polivalentes, instrumento fundamental e amplamente usado nas empresas privadas para aumentar a produtividade do trabalho. Mesmo que não responda pelo crescimento da quantidade de servidores inativos, o gestor público é o único (ir)responsável pela iniciativa de propor leis que criam o déficit atuarial, desequilibrando o valor das aposentadorias e pensões em relação às fontes de recursos que devem custeá-las. E verificada a falta de dinheiro no caixa, restará ao governo percorrer seu calvário, procurando artifícios ou inventando recursos para pagar os aposentados que herdou, ganhando, desse modo, aposentadorias que não decidiu ou aprovou.

Em termos reais, considerando ajuste pelo IPCA, a folha de pessoal do governo de Minas Gerais aumentou, em média, 70% com pessoal ativo e 102% com os inativos no período 2011-2014. Foi ela que Fernando Pimentel herdou. No seu período, o crescimento do gasto com pessoal ativo subiu 40% e com inativos, 55%. Em 2018, os 234 mil servidores ativos custaram aos cofres de Minas Gerais 27,9 bilhões de reais (55%) e os 325 mil aposentados e pensionistas 22,5 bilhões de reais (45%). Dessa forma, o gasto de 50,4 bilhões de reais com a folha de pessoal consumiu 100% do ICMS ou 80% de todos os impostos pagos por 21 milhões de mineiros aos cofres estaduais.

A partir de janeiro de 2013, por força da lei estadual 131/2013, o governo de Minas retirou toda a reserva de 4,6 bilhões de reais (valores de 2018) do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (FUMPEMG), fundo que havia sido constituído para complementação salarial dos servidores sujeitos ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e usou os recursos para pagar benefícios

do Fundo Financeiro da Previdência (Funfip), deixando de criar e capitalizar o Fundo Previdenciário (Funprev) para os servidores cujas aposentadorias estão sujeitas ao teto do INSS, apesar da lei prever o cumprimento desta obrigação no prazo de até 360 dias da publicação. Fernando Pimentel assumiu, em 2015, sem o Funprev e encontrou logo nos primeiros meses a primeira bomba assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a malfadada Lei Complementar 100/2007 que havia efetivado sem concurso público 70 mil servidores da educação. O governo foi obrigado a absorver esse contingente na folha de designados e a abrir concursos públicos para contratação de novos servidores. Consequentemente, esses 70 mil ex-servidores deixaram de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), migrando para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o que acentuou ainda mais o déficit da previdência estadual.

Outras leis estaduais aprovadas em administrações anteriores foram responsáveis pela implantação de gritantes desigualdades entre os servidores civis e militares, fazendo com que cada um dos 46 mil servidores militares inativos recebesse uma média de 10 mil de reais por mês, enquanto a aposentadoria ou pensão dos 279 mil civis inativos não passasse de 4 mil reais. Ou ainda o cúmulo da injustiça que fez com que um recém-egresso da academia da polícia militar recebesse no primeiro mês de serviço uma remuneração próxima ao dobro daquilo que o estado paga para uma professora pública com 25 anos de magistério, mas isso só após o governo Fernando Pimentel ter corrigido em 36% os vencimentos do pessoal da educação, extinguindo a remuneração por subsídio e a proporcionalidade do valor do piso salarial nacional.

Estruturalmente, o déficit da previdência dos servidores públicos de Minas Gerais aumentou, em valores de 2018 corrigidos pelo IPCA, de 9,8 bilhões de reais em 2010, para 11,9 bilhões de reais em 2014, alcançando cerca de 18 bilhões de reais em 2018, um crescimento médio real de 8% ao ano, incompatível com a realidade econômica do estado e com a capacidade de pagar impostos do cidadão. Vale apenas lembrar que o rendimento médio dos 9,9 milhões de mineiros maiores de 14 anos que tinham alguma ocupação recuou 2% em termos reais entre 2014 e 2019, passando de 2.072 reais para 2.027 reais por mês.

Como a crise econômica impediu o crescimento da receita estadual na mesma medida dos gastos com pessoal e o governo federal zerou transferências federais e operações de crédito, o desequilíbrio financeiro no governo Pimentel foi enfrentado com a administração negociando com o Tribunal de Justiça o levantamento de parte dos depósitos judiciais, a venda da folha de pagamento, a suspensão do pagamento do serviço da dívida pública e o parcelamento dos salários dos servidores dentro do mês de recebimento. Em 2018, as forças reacionárias que sufocavam Minas Gerais criaram denúncias e estratagemas falaciosos junto ao Tribunal de Contas Estadual que tiveram como consequência impedir o governo estadual de receber cerca de 5 bilhões de reais de receitas patrimoniais. Num primeiro momento, as vozes que se diziam defensoras do fim do parcelamento dos salários dos servidores conseguiram que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendesse a abertura de capital da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig), com subsequente alienação de 30% das suas ações e, posteriormente que a Codemig fizesse a aquisição de debentures emitidas pela Minas Gerais Investimento (MGI) lastreadas em créditos fiscais inscritos na dívida ativa que ela pretendia comprar do tesouro estadual.

ESTATAIS TAMBÉM EM CRISE FINANCEIRA

Assim que tomou posse, Pimentel encontrou Copasa, Cemig e Codemig extremamente endividadas, com um portfólio de investimentos, rendendo menos que o custo de capital, sendo obrigado a reduzir a distribuição de dividendos ao mínimo legal e a cortar investimentos e demitir pessoal.

COPASA

Em janeiro de 2015, as ações da empresa estavam cotadas a cerca de 8,50 reais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte vivia na iminência de colapso no abastecimento d'água, com reservatórios atingindo a cota mínima. Apesar de a Copasa ter sido listada e captado recursos na bolsa de valores uma década antes, vinha adiando investimentos estruturais na capacidade de reservação. A Companhia chegava ao governo Fernando Pimentel omitindo que não havia produto para vender e e sem ter assumido a responsabilidade de pedir aos clientes para economizar a pouca água que recebessem. Mostrar esta realidade à sociedade em janeiro/15 foi o suficiente para fazer o faturamento despencar 16% em termos reais em relação ao ano anterior, o resultado operacional reduzir pela metade e o lucro líquido desaparecer. O governo precisou agir rápido, obtendo logo nas primeiras semanas, com a presidência do TCE, autorização para aditar o contrato de concessão do sistema Rio Manso, permitindo que fosse construída no rio Paraopeba nova estação de captação e bombeamento de água. Restava encontrar o dinheiro para a Copasa poder pagar a obra. A Secretaria da Fazenda teve agilidade e conseguiu fazer um Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de 128 milhões de reais, permitindo que as

obras se iniciassem no início do segundo trimestre de 2015. Em dezembro daquele ano, o bombeamento teve início, evitando que faltasse água na capital e parte da RMBH. Passada a crise e implantada extrema disciplina financeira, a Copasa recuperou-se rapidamente: o lucro operacional subiu de 315 milhões de reais para 801 milhões de reais de 2015 para 2016 e o resultado líquido saiu de -12 milhões de reais para 434 milhões de reais no período. Os investimentos para cumprimento dos compromissos de concessão, que haviam sido reduzidos ao mínimo de 395 milhões em 2016 atingiram o pico de 788 milhões de reais em 2018. Além de resolver o problema de captação de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Copasa implantou, ao custo de 88 milhões de reais, a adutora de 54 quilômetros do Rio Pacuí, solucionando pelos próximos 15 anos o abastecimento de Montes Claros, cidade que lutava ao longo de anos com repetidos racionamentos. Além da modernização do sistema de micromedição, com substituição de milhares de hidrômetros na sua área de concessão, a Copasa elaborou e legou à administração que sucedeu o governo Pimentel um dos mais importantes projetos estruturantes de Minas Gerais, destinado a resolver definitivamente o problema de abastecimento d'água da região do semiárido mineiro, uma região que abrange 27% do território do estado e cuja seca expulsa, ano após ano, parte de sua população para outras regiões de Minas. Foram avaliadas todas as alternativas das bacias hídricas da região e estimados custos de execução da ordem de 3 bilhões de reais perfeitamente factíveis de serem realizados num horizonte de oito a dez anos. Nesse mesmo contexto de assegurar suas fontes de captação, a Companhia lançou, em 2016, o Pro-Mananciais para proteger e conservar os mananciais em 140 municípios impactados recorrentemente por crises hídricas. Em dezembro de 2018, no final da administração Fernando Pimentel, as ações da Copasa estavam cotadas a 61,53 reais.

CEMIG

A maior empresa estatal de Minas Gerais, cujo marketing transmitia grandeza e solidez, era, na verdade, uma imensa bomba-relógio financeira, pronta para explodir a qualquer instante, quando Fernando Pimentel assumiu o governo de Minas Gerais. O balanço da Companhia, em dezembro de 2014, apresentava uma dívida líquida de 11,6 bilhões de reais com vencimentos de 4,1 bilhões de

reais em 2015 e uma alavancagem três vezes superior a EBITDA³. No período 2011-2014, a administração da Companhia havia cometido a irresponsabilidade de pagar 12 bilhões de reais em dividendos e juros sobre capital próprio, montante equivalente a 100% do lucro líquido gerado. Dinheiro que a Cemig tomou emprestado no mercado de capitais, pois sua geração de caixa estava toda comprometida com os investimentos. Desses 12 bilhões de reais, o controlador estatal recebeu 2,5 bilhões de reais, usados para cobrir dívidas que o governo havia acumulado com a própria Companhia.

A partir de 2006, o governo de Minas havia decidido que a Cemig deveria crescer através de *joint ventures* com parceiros privados, firmando acordos de acionistas que assegurassem o controle das decisões das investidas. O aporte de capital nessas *joint ventures* seria feito em dinheiro ou através da capitalização de ativos que as subsidiárias integrais Cemig-D (distribuição) Cemig-GT (geração e transmissão) haviam construído desde a criação da empresa. Cumprindo esse *script*, o estado de Minas Gerais embarcou numa aventura empresarial que se revelou catastrófica em vários sentidos. Os investimentos feitos na Light, Renova, Santo Antônio, Guanhães e Belo Monte, além de custarem uma fortuna, tiveram pouco ou nenhum impacto na indústria mineira. Só no período 2011-2014 foram aportados, nessas investidas, em termos nominais, 6 bilhões de reais, investimento cujo retorno foi negativo ou, se positivo, muito inferior ao custo médio de capital da Cemig.

No caso da Light, os arranjos de capital e contratos firmados em 24 de março de 2011, com investidores financeiros no âmbito do FIP Redentor, visando dar à Cemig o controle, de fato, das decisões da Light sem implicar na sua estatização, foram batizados de “PUT da Light”. Esses acordos obrigavam a Cemig a comprar as ações detidas pelos parceiros, garantindo a eles uma remuneração fixa num prazo de 60 meses contados da sua assinatura, prazo que caiu exatamente na administração Fernando Pimentel e encontrou a Cemig sem nenhuma condição de pagar a conta. A solução foi renegociar e prorrogar esses contratos, sempre pagando mais caro por cada extensão de prazo. Análises internas realizadas

3. Ebitda é a sigla em inglês para Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization. Em português, “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização” (também conhecida como Lajida). É um indicador utilizado para avaliar empresas de capital aberto. Ele ajuda a entender os balanços das empresas. [N.E.]

em 2017, com base no preço da ação da Light de 20,62 reais demonstravam que o investimento da Cemig de 4,95 bilhões de reais (valor corrigido pelo CDI) na Companhia havia gerado, até aquela data, uma Taxa Interna de Retorno (TIR) nominal negativa de - 8,4 % a.a. e uma TIR real, considerando atualização pelo CDI de - 17,6 % a.a. Vender as ações da Light naquelas condições implicaria, para Cemig, realizar um prejuízo inaceitável para uma empresa controlada pelo erário público. Ao invés de vender e realizar o prejuízo, a decisão da administração Fernando Pimentel foi trabalhar no sentido de melhorar a gestão da Light e aguardar a melhoria das condições de mercado para considerar o desinvestimento.

O pano de fundo da aventura na Renova não foi muito diferente do investimento da Light, mas o resultado infinitamente mais amargo. A Cemig investiu, em 2014, 2,29 bilhões de reais (valores de 2018 atualizados pelo CDI) na Renova e, junto com a Light, passou a deter 58% do capital votante e 43% do capital total. Companhia dedicada à geração de energia eólica, a estratégia de crescimento da Renova se baseava em ganhar contratos de fornecimento de energia nos leilões regulados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e usar esses contratos para levantar empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Posteriormente, a Renova passou a incorporar no seu portfólio parques eólicos lastreados em contratos de venda de energia no mercado livre, principalmente contratos assinados com a própria Cemig. Ao assumir o governo em 2015, com a recessão econômica emergindo no horizonte, a administração Fernando Pimentel recebe uma Renova com dívida líquida de 1,6 bilhões de reais, gerando EBITDA de 303 milhões de reais e com uma carteira de 1.900 MW de parques eólicos, com energia vendida, necessitando ser concluídos ou implantados.

Ocorre que a política recessiva do governo federal enxugou a oferta e aumentou o custo do crédito. A Renova ficou sem financiamento para investir, mas com a obrigação de entregar a energia que já tinha vendido. Incapaz de fazer frente às chamadas de capital, não restou outra alternativa para Cemig a não ser aceitar a proposta da administração da Renova e de vender parte da empresa para um investidor estratégico americano. A transação foi feita, mas o investidor acabou falindo no meio do caminho e o problema de financiamento da Renova

voltou à estaca zero. Até dezembro de 2018 a Cemig se viu obrigada a injetar mais 340 milhões de reais no capital da Renova e aportar outros 575 milhões de reais na forma de crédito, se tornando um dos maiores credores da Companhia que entrou em Recuperação Judicial em 2020.

A participação da Cemig nos consórcios que venceram as concessões das usinas hidroelétricas de Santo Antônio e Belo Monte tiveram como racional assegurar uma grande base de geração hídrica para os contratos de comercialização de energia da Companhia, mas também resultaram em enormes problemas financeiros e societários.

No caso de Santo Antônio, que já tinha sido obrigada a comprar energia no mercado para cobrir falta de geração própria devido a atrasos na obra, a Cemig decide, em dezembro de 2013, adquirir por cerca de 1 bilhão de reais a participação da Andrade Gutierrez na geradora, dobrando sua exposição aos riscos de um empreendimento já cheio de problemas e que exigiu, em 2014, nova injeção de caixa dos acionistas.

Em Belo Monte houve, também, problemas no financiamento prometido pelo BNDES que acabou não saindo como previsto, além do expressivo aumento dos custos do empreendimento. Para a Cemig, a consequência nesses investimentos sempre foi a mesma: colocar mais capital nas investidas, dinheiro que ela precisou tomar emprestado de bancos ou dos acionistas através da redução ao mínimo da distribuição de dividendos.

Para complicar ainda mais a vida do governo Fernando Pimentel, a decisão tomada pela diretoria da Cemig, em 2013, de não aderir à oferta de prorrogação das concessões das Usinas de Jaguará, Miranda e São Simão no regime de cotização se revelou desastrosa, pois a tese de que teria direito à renovação automática das respectivas concessões foi derrubada no STF; as Usinas foram perdidas e leiloadas para grupos estrangeiros em 2017.

Nos três primeiros anos da administração Fernando Pimentel, a Cemig esteve à beira da inadimplência e só teve sua situação financeira resolvida em dezembro de 2017, após emissão de eurobonds de 1 bilhão de dólares com prazo de sete

anos permitindo o alongamento da dívida. Além disso, nesse mesmo mês foi feita chamada de capital de 1,1 bilhão de reais para solucionar o desequilíbrio patrimonial da Cemig-D que corria o risco de ver cassado seu contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Após essas medidas saneadoras, o custo real da dívida da Cemig passou de 8,40% a.a. em 2016 para 4,65% a.a. em 2018

Durante o governo Fernando Pimentel, todo esforço da administração da Cemig esteve direcionado para preservar a Companhia, mantendo sua solvência no mercado de crédito, solucionar os problemas das investidas, melhorar o desempenho operacional e retomar investimentos da Cemig-D, subsidiária que havia sido tratada como vaca leiteira e se distanciado dos compromissos regulatórios com o consumidor mineiro. Nesse sentido, foram realizadas 21 mil ligações em domicílios rurais no período 2015-2018, resgatando o cumprimento da obrigação de universalizar o acesso de toda a população ao fornecimento de eletricidade. Grande atenção foi também dispensada à estratégia de inovação no trinômio digitalização, descarbonização e descentralização, privilegiando projetos em mobilidade elétrica, energias renováveis, experiência do usuário, inteligência de dados, geração distribuída, armazenamento de energia e talentos para a era digital.

GASMIG

Em dezembro de 2014, o governo de Minas decidiu prorrogar o contrato de concessão da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) por mais 30 anos, contados a partir 2023, condicionado à obrigação da Companhia construir um gasoduto de 500 quilômetros de extensão entre Queluzito e Uberaba. O duto deveria abastecer a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V) que a Petrobras se comprometera a construir naquela cidade, desde que o governo de Minas Gerais assegurasse, a partir de novembro de 2016, o suprimento de 1,25 milhões de m³/dia de gás natural. O investimento do gasoduto foi estimado em 2,3 bilhões de reais. Sempre foi óbvio para o mais leigo dos observadores que a ordem de grandeza do investimento exigiria um volume de gás natural, no mínimo, três vezes superior ao consumo da fábrica de amônia para ser viabilizado

financeiramente, e esse volume não existia ao longo do trajeto do gasoduto.

Para financiar o empreendimento, a diretoria da Cemig propunha, em fins de 2014, atrair parceiros estratégicos estrangeiros já atuantes no Brasil e desejosos de entrar numa área de concessão com grandes perspectivas de crescimento. Esses parceiros exigiam o controle acionário e, portanto, a privatização da Gasmig, intento impossível de alcançar pois, além de perder o controle da Companhia, a Cemig acabaria sendo obrigada a compensar, no preço da Gasmig, o prejuízo do gasoduto, empreendimento cujo valor presente líquido já se sabia que era negativo, afora o fato dela acabar sendo obrigada a assumir sozinha todos os riscos ligados ao licenciamento ambiental.

Para abastecer a UFN-V e cumprir o compromisso com a Petrobras, a Gasmig poderia ter participado, em abril de 2014, do edital de chamada de capacidade da *Transportadora de Gás Brasil Central* (TGBC), transportadora de gás natural autorizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) a construir um gasoduto de transporte entre São Carlos e Brasília. O primeiro trecho de 180 quilômetros chegava exatamente a Uberaba e a demanda mínima exigida para viabilizar sua construção era de 1,5 milhão m³/dia, volume facilmente atingido, adicionando-se ao consumo da fábrica de amônia a necessidade outros de consumidores da região.

Inexplicavelmente, a diretoria da Cemig da época, que parecia mais interessada em construir gasodutos do que em distribuir gás natural, não permitiu a Gasmig apresentar demanda de transporte de gás no edital da TGBC, que acabou deserto. Vendo que não haveria suprimento de gás natural, a Petrobras encontrou os argumentos de que precisava para cancelar o projeto da fábrica de amônia. Minas Gerais perdeu, dessa forma, uma chance real de ver implantado um empreendimento capaz de impulsionar a estrutura econômica e o desenvolvimento de todo o estado.

Restou para o governo Fernando Pimentel resolver o problema da prorrogação do contrato de concessão da Gasmig, pois sem a contrapartida do investimento no gasoduto o contrato de concessão se mostrava desequilibrado em desfavor do poder concedente. Após meses de negociação e laudos de

avaliação do governo e da Gasmig chegou-se, em dezembro de 2018, a um acordo com a Cemig, segundo o qual a Gasmig pagaria 800 milhões de reais ao estado a título de outorga de concessão, dinheiro que entraria no caixa do estado apenas em 2019.

Com relação à gestão operacional, a Gasmig deixou de focar apenas nos grandes consumidores industriais e passou a cumprir a obrigação regulatória retomando os investimentos na rede de distribuição de gás natural residencial e de gás natural veicular, aumentando a base de consumidores de 1,8 mil para 42 mil entre 2014 e 2018. No mesmo período, o resultado líquido da Companhia cresceu 26% e o endividamento foi reduzido em 88% em termos nominais.

BDMG

Ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) foi dada, pelo governo Fernando Pimentel, a missão de recuperar sua função de banco de desenvolvimento nos segmentos estratégicos de sustentabilidade ambiental, agronegócio, inovação e desenvolvimento regional e social. O processo de transformar o BDMG em mais um banco comercial foi interrompido, permitindo que o esforço de gestão fosse direcionado, por exemplo, à certificação de sua carteira de crédito. Foram iniciadas negociações com agências internacionais de fomento, o que, em 2020, resultou na captação de recursos através da primeira emissão de títulos sustentáveis (*sustainable bonds*) para o financiamento de projetos alinhados com os objetivos de sustentabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU). No período 2015-2018, o Banco desembolsou 5 bilhões de reais em crédito e financiamento, beneficiando 14 mil micro e pequenas empresas, 342 municípios, e inúmeros projetos de inovação e empresas de setores estratégicos.

CODEMIG

Quando assumiu o governo, em 2015, Fernando Pimentel encontrou o patrimônio líquido da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) negativo, além de 700 milhões de reais em dívidas com debenturistas; contabilmente, a Companhia estava quebrada.

Controlada integralmente pelo estado e formada em 2003, a partir da fusão Comig, Hidrominas, Turminas, CDI e Codeurb, a Codemig detém, desde 1972, o direito de receber, em média, uma participação de 200 milhões de dólares por ano, equivalente a 25% do lucro líquido da Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, empresa responsável pelo beneficiamento e comercialização do minério de Nióbio de suas reservas localizadas em Araxá.

Apesar de uma fonte de receita estável e recorrente, a Codemig nunca havia feito investimento que lhe proporcionasse retorno econômico. Desconsiderando qualquer racionalidade na gestão empresarial, a administração da Companhia destinava todo o dinheiro que recebia a convênios com prefeituras e órgãos públicos ou aportes a fundo perdido para atender o varejo político do governo.

Dessa forma, a Codemig havia acumulado valores históricos em 12 anos, 1,7 bilhões de reais em prejuízos, o que a impedia de remunerar seu controlador de maneira empresarialmente justa e legalmente correta, ou seja, através da distribuição de dividendos sobre o resultado líquido apurado. Tecnicamente, a Codemig havia sido transformada num braço estatal de execução de obras públicas, a maior delas a Cidade Administrativa Tancredo Neves (CATN), um complexo de prédios projetado por Oscar Niemeyer, erguido com objetivo falacioso de racionalização administrativa e destinado a concentrar, num só local, 17 mil servidores de diferentes órgãos do poder executivo, mas que recebeu a alcunha de Carandiru em alusão à famosa penitenciária paulista, além de ter sido objeto de denúncias de cartel e pagamento de propina pelas empreiteiras que o construíram.

Para ser saneada patrimonialmente, a Codemig reduziu o capital social, transferindo para o controlador a Cidade Administrativa, cujo valor investido a Companhia jamais iria recuperar, já que o governo nada pagava pelo seu uso. Eliminadas as provisões para perdas e os convênios a fundo perdido, o resultado líquido acumulado em quatro anos subiu de um prejuízo de 21 milhões de reais (valores correntes) no período 2011-2014 para um lucro de 1,7 bilhões de reais após terem sido pagos 1,1 bilhão de reais em juros e amortização da dívida herdada. Na administração Fernando Pimentel, apesar da receita do Nióbio ter crescido

em termos nominais apenas 36 %, a Codemig pagou ao seu controlador 833 milhões de reais em dividendos, 50% do lucro líquido apurado e cinco vezes superior aos 156 milhões de reais distribuídos de 2011 a 2014.

Reconquistando o propósito de promover o desenvolvimento de Minas Gerais tal como definido na lei que a criou, a Codemig investiu 682 milhões de reais no período 2015-2018 em três eixos estratégicos: i) mineração, energia e infraestrutura ii) indústria de defesa e de alta tecnologia e iii) economia criativa. Desse montante, 37% foram aportados em fundos de investimento e participações acionárias em empresas estratégicas localizadas ou atraídas para Minas Gerais e que apresentavam planos de crescimento e programas de pesquisa e desenvolvimento. Os outros 63% foram gastos em obras e convênios majoritariamente contratados ou firmados na administração anterior.

Os investimentos em empresas e projetos de pesquisa e desenvolvimento tiveram como premissa a agregação de valor às reservas do estado de minerais portadores do futuro, como Grafeno, obtido da esfoliação química da grafita mineral, o Lítio, contido no minério de espodumênio, ambos abundantes na região do Jequitinhonha e no Didímio presente no rejeito de terras raras da extração do Nióbio de Araxá. Grafeno, Lítio e Didímio fazem parte dos materiais dos quais dependem inúmeras tecnologias relacionadas à supercondutividade elétrica, armazenamento de energia e motores de ímãs permanentes exigidos na mobilidade elétrica e combate ao aquecimento do clima. Como os riscos tecnológicos e de mercado dessas tecnologias desestimulam o envolvimento de capitais privados, foi estratégia do governo Fernando Pimentel assumir através da Codemig o risco financeiro do desenvolvimento.

Na economia criativa foi dada atenção à recuperação das Termas de Antônio Carlos, em Poços de Caldas, do complexo do Cassino de Lambari e Parque das Águas, em Caxambu, dos imóveis do Expominas, Minascentro e do antigo edifício do Bemge, em Belo Horizonte, este restaurado para abrigar a Associação P7 Criativo, dedicada a abrigar startups dos setores de mídia, moda, design e tecnologia.

Para o fomento da indústria do audiovisual, foram lançados vários editais de desenvolvimento de projetos e produção de filmes, além de Minas Gerais ter sido incluída no calendário brasileiro de eventos do setor, com a criação da feira MAX-Minas Audiovisual Expo.

Ao encerrar seu mandato o governo Fernando Pimentel legou uma Codemig sem dívidas e com 505 milhões de reais em caixa, recurso suficiente para fazer frente e finalizar todos os investimentos e projetos de desenvolvimento que haviam sido contratados ou com os quais a Companhia havia se comprometido.

FAZER MUITO COM POUCO

A pesar de viver adversidades fiscais e perseguições pessoais e familiares, desde o início de seu governo, Fernando Pimentel foi capaz de implantar um ampla agenda de trabalho e realizações voltadas para melhorar a vida do cidadão da Minas Gerais profunda, aquele mineiro habitante das regiões mais afastadas e esquecidas, desconhecido dos holofotes da mídia, para quem o governo estadual e suas instituições não passam de uma abstração e do qual toma consciência em espaços de quatro anos, quando se dirige à urna de votação. Decidido a ouvir para governar, a fazer muito com pouco para aqueles em que pouco significa muito, o governo implantou e executou os Fóruns Regionais de Governo.

Ação itinerante nos 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais, realizada em cinco rodadas ao longo dos quatro anos de mandato, os Fóruns Regionais colocavam o governador do estado acompanhado por uma equipe formada por secretários, diretores de autarquias e das empresas públicas diante da população local, lideranças políticas, da sociedade civil e de movimentos sociais para, juntos, articular a ação integrada de órgãos regionais do governo e atender demandas prioritárias nos setores de saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento econômico e social.

Graças a proximidade com a realidade de quem vive os problemas locais, o governo desmitificou abordagens simples que se verificaram efetivas para resolver o que era realmente importante, como por exemplo a cooperação direta e desburocratizada entre uma diretora da escola pública, o superintendente regional do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais

(DEER), responsável pela reforma de edificações, e o chefe do distrito da Copasa ou da Cemig. Através dos Fóruns Regionais, o governo teve oportunidade de aferir, localmente, a efetividade ou corrigir os rumos de políticas públicas como, por exemplo, do Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica e suas 110 novas farmácias instaladas no interior, assim como das unidades móveis da saúde da mulher e das 46 unidades da Rede Cegonha.

A ação do governo Fernando Pimentel foi, em todos os sentidos, reflexo da sua história de militância em favor da liberdade, de uma profunda convicção na política como instrumento efetivo para aliviar injustiças e da disposição de privilegiar a ação coletiva e negociada em detrimento da truculência individual, marca de tantos mandatários cuja vaidade e personalismo narcisista manifestam a ausência de uma personalidade incorrigivelmente deformada.

Ouvir muito, negociar sempre, com sinceridade e equilíbrio com todos aqueles que agem de boa-fé. Esse foi o norte da administração Fernando Pimentel. Todas as decisões nos momentos mais críticos da crise financeira do estado foram discutidas e compartilhadas com os representantes de todos os poderes do governo. Ninguém foi pego de surpresa, nada foi escondido, nenhuma ajuda ou contribuição foi rejeitada.

Nada é mais representativo dessa forma de liderar que os mecanismos de diálogo criados no governo Fernando Pimentel para a solução de conflitos. A partir de julho de 2015 foi instituída a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros Grupos Envolvidos em Conflitos Socioambientais e Fundiários. Coordenada pela Secretaria de Planejamento e contando com a participação de órgãos, o poder executivo, representantes da Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública e da academia, a Mesa de Diálogo cadastrou, em 138 municípios, 214 conflitos rurais; 104, Urbanos e 36, Socioambientais. Desses, 147 conflitos iniciaram o processo de solução negociada e 53 foram resolvidos definitivamente.

Conflitos e judicialização ocorriam, também, na prestação dos serviços de saúde. Para reduzi-los, a Secretaria da Saúde se aproximou do poder judiciário e, com diálogo, criou o Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde, tendo

como objetivo auxiliar e qualificar a tomada de decisão dos magistrados e a prevenção de litígios custosos para os cofres públicos.

No âmbito do transporte público, a criação da Comissão de Transporte Metropolitano eliminou os conflitos entre prestadores de serviço, regulador e usuários. O mesmo ocorreu com a instalação da Câmara Intersetorial de Acompanhamento de Empreendimentos e Obras da Construção Civil e Infraestrutura, formada pelo governo e diversos representantes do setor empresarial e que foi considerada um dos maiores avanços na prevenção de conflitos e litígios no setor de obras públicas.

Para enfrentar a pobreza e a miséria no campo, o governo Fernando Pimentel executou um programa agressivo de investimento de 339 milhões de reais em 229 municípios dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, compreendendo a doação de veículos para transporte escolar, o atendimento de 18,5 mil jovens com educação integral, a instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água, a implantação de Centros de Referência de Assistência Social e retomou a regularização fundiária de terras devolutas do estado, paralisadas desde a extinção do Instituto de Terras.

Ao iniciar o mandato, o governo encontrou um passivo de 37 mil processos de regularização cadastrados e 16 mil instruídos que demandaram 13 audiências públicas e mutirões nos municípios dos territórios mais pobres de Minas Gerais. Até 2018 haviam sido concluídos 7,5 mil processos e emitidos mais de 3 mil títulos de propriedade para as famílias. A agricultura familiar recebeu estímulo efetivo com a distribuição de sementes e insumos, e a agroecologia deu um salto de 100 produtores atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), em 2014, para 29 mil, em 2018.

A aquisição da produção local passou a ser facilitada com investimento e adaptações na logística de transporte e no armazenamento de produtos, permitindo que 750 escolas estaduais de 59 municípios se organizassem para adquirir alimentos produzidos localmente, enquanto o excedente passou a ser comercializado em mercados públicos que receberam melhorias e modernização da estrutura física e sanitária, ou em feiras e eventos da economia popular solidária.

No governo Pimentel foram institucionalizadas políticas garantidoras da promoção e defesa dos direitos humanos e ampliação da participação social. Fundados na Lei 22.257/2016, os decretos que dela se seguiram deram a Minas Gerais uma estrutura de Centros de Referência em Direitos Humanos, implantados em Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora e Alfenas.

A população LGBT conquistou o direito ao nome social e sua identidade de gênero reconhecida legalmente na Carteira de Nome Social emitida pelo Instituto de Identificação da Polícia Civil de MG. Além disso, a rede pública de saúde criou o serviço de atendimento ambulatorial especializado para população trans e a comunidade quilombola de Minas Novas alcançou uma inédita certificação coletiva.

A diversidade dos territórios e da cultura mineira encontrou no projeto + *Gastronomia*, lançado em 2017, e no apoio às 700 bandas de músicas civis de diversas cidades do estado um dos principais eixos, segundo o qual se desenvolveram várias ações da economia criativa, instrumento valioso para promoção da economia e do turismo de eventos regionais. Dando suporte a essa iniciativa, o marco legal da produção, certificação e comercialização do queijo minas artesanal foi consolidado e as diversas denominações de origem do café de Minas Gerais ganharam divulgação junto a compradores e mercados de exportação através do fomento do governo Fernando Pimentel às edições da Semana Internacional do Café.

No que concerne às obras de mobilidade, foram iniciadas, reiniciadas e concluídas as estações de transporte metropolitano, fundamental para o funcionamento do modal de transporte, bem como iniciadas e reiniciadas obras rodoviárias essenciais para o estado. O modelo de manutenção das estradas foi alterado para a contratação por quilômetro ao invés de por demanda, garantindo previsibilidade da prestação de serviço. A Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A (Metrominas) concluiu e compatibilizou com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) os projetos do Metrô de Belo Horizonte. Um dos mais importantes feitos para a infraestrutura de Minas Gerais foi a modelagem, licitação e contratação da concessão da duplicação da BR-135, com uma outorga de mais de 2 bilhões de reais para os cofres estaduais, num modelo de concessão plena, sem necessidade de aporte de contrapartidas do estado.

A modéstia dos meios de que fez uso a administração Fernando Pimentel para reverter o descaso em que vivia mais de 25% da população de Minas Gerais se contrapõe à agressividade com que empregou as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para modernizar e destravar processos administrativos arcaicos, facilitando o acesso do cidadão à prestação dos serviços públicos.

Nesse contexto, a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), uma empresa antes estigmatizada como ineficiente e transformada nas administrações passadas em mera intermediária de milionários contratos de terceirização, exerceu, logo em 2015, papel de protagonismo, propondo mudanças no arcabouço institucional com o lançamento da Política de TIC, passando, em seguida, a executar um planejamento técnico associado à racionalização de recursos, promovendo integração, interoperacionalidade e padronização de serviços, processos e aplicações.

O impacto na estrutura e processos internos da administração surgiram logo, como foi o caso do Sistema Mineiro de Administração Escolar, compreendendo, entre outros, o Diário e o Boletim Escolar Digital e o Sistema Informatizado de Designação dos Profissionais da Educação. Assim também ocorreu com o Sistema Eletrônico de Informações, Sistema Eletrônico de Leilões, Sistema Integrado de Gestão Prisional, culminando com a instalação do Centro Integrado de Segurança Pública e na criação das Bases Georreferenciadas Unificadas, disponibilizadas de forma centralizada para os usuários da administração estadual.

O cidadão percebeu o salto da informatização digital do governo, quando passou a ter acesso ao aplicativo MGApp, vencedor o Prêmio e-GOV 2019 como melhor recurso de governo eletrônico para provimento de informações ao cidadão.

O impacto da tecnologia digital na vida do empresário se revelou na transparência, facilidade e rapidez com que ele passou a ter acesso aos serviços da Junta Comercial de Minas Gerais, cujo sistema informatizado foi considerado referência no Brasil e reconhecido pelo Banco Mundial como fundamental para a melhoria do ambiente de negócios no estado. No licenciamento ambiental, foi preciso mais que a informatização para retirar Minas Gerais da situação de paralisia e ineficiência em que se encontrava no início do mandato de Fernando Pimentel.

Estruturado ao longo das décadas de 1990 e 2000, segundo o paradigma de comando, controle e punição, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), formado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Conselhos de Política Ambiental (Copam) e de Recursos Hídricos (CERH), bem como por seus órgãos vinculados, Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Instituto Estadual de Floresta (IEF) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) havia se transformado em um enorme emaranhado de deliberações normativas, gerador de processos de licenciamento inacabados e autos de infração sem continuidade, resultado do descompasso entre a missão institucional, a organização burocrática e os recursos humanos e tecnológicos colocados à disposição. Já durante os meses que antecederam a posse do governo, a futura equipe de Fernando Pimentel se viu pressionada por empresas e suas entidades representativas que manifestavam estar imobilizadas, com atividades ameaçadas de suspensão e projetos de investimento na iminência de parar por falta de licenças ambientais.

Os números em fins de 2014 retratavam o caos que havia se instalado: 1.330 processos de licenciamento haviam sido formalizados, mas apenas 712 concluídos, levando o respectivo passivo a totalizar 2.810 processos de licenciamento; o estoque de solicitações de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (Daia) superava 3.000 e o de pedidos de outorga de água havia ultrapassado a cifra astronômica de 14 mil.

A partir de 2015, várias frentes de trabalho foram abertas para reativar o Sisema. O arcabouço legal recebeu um novo desenho com a aprovação da Lei 21.972/2016, devolvendo atribuições às Câmaras Técnicas do Copam que haviam sido suprimidas. Os processos de licenciamento passaram a ser deliberados em razão da relevância para o meio ambiente ou para o desenvolvimento social e econômico do estado, além de 41 municípios até o final de 2018 terem recebido delegação de competência ou assumido competência originária no licenciamento ambiental.

Nesse mesmo ano, o agendamento eletrônico eliminou o “mercado de atendimento” na Semad, mais de 3.500 Licenças Ambientais Simplificadas e 16.500 declarações de dispensa foram emitidas eletronicamente; 30 mil produtores ru-

rais passaram a ter acesso rápido e gratuito à Declaração de Uso Insignificante de Recursos Hídricos. Até o final da administração Fernando Pimentel a Semad havia deliberado todos os processos de licenciamento ambiental protocolados entre 2015 e 2018 e reduzido parte do passivo que havia recebido. Mais de 84 mil autos de infração foram, também, encerrados até o final de 2018, representando 42% do passivo que chegou a atingir 203 mil autos de infração.

Um dos principais legados do governo de Fernando Pimentel ocorreu na segurança pública. Durante seu mandato, Minas Gerais alcançou o menor índice de criminalidade em sete anos, com a taxa de homicídios regredindo ao mais baixo valor em mais de uma década e meia. Instaladas em 86 pontos de Belo Horizonte, as bases comunitárias da Polícia Militar e a implantação de Unidades de Prevenção a Criminalidade em quatro cidades do interior do estado desempenharam papel decisivo nessa melhoria, além de instrumentos como o aplicativo Alerta MG, que permitiu que mulheres vítimas de violência pudessem criar redes de contatos a serem acionados em situações de risco.

O uso de tecnologia moderna e aprimoramentos na organização da corporação permitiram a transferência de mais de mil policiais das atividades meio para as atividades fim, da polícia. A cooperação com instituições do sistema estadual de saúde, que já havia se mostrado valiosa no combate ao surto de febre amarela e na campanha de imunização da população em 2017 se estendeu ao Comando Aéreo da PM responsável pelo ganho importante de agilidade no transporte de órgãos do MG Transplantes e na remoção do neonatal em emergência no âmbito do Suporte Aéreo Avançado de Vida.

POSFÁCIO

As adversidades financeiras vividas por Minas Gerais entre 2015 e 2018, fruto do bloqueio imposto por Brasília ao governo de Fernando Pimentel aliadas à perseguição que ele e sua família foram vítimas, deixaram marcas de injustiça e infâmia na história política do estado.

Cicatrizes criadas pela recessão econômica levam para o futuro marcas dos dias de sacrifício vividos por todos os mineiros e da luta de um governo comprometido com a liberdade, com a democracia e com o trabalho.

Trabalho que se transformou num legado em favor dos milhões de cidadãos de Minas Gerais para quem governar significa mais que gerenciar obras e a política, o legítimo exercício do poder com equilíbrio e diálogo.

S É R I E
LEITURAS



DOS ESTADOS



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores